

VOCAÇÃO E ENGAJAMENTO – PRÁTICAS E ARTICULAÇÕES DE PROFESSORAS CATARINENSES (1924 – 1929)

Carolina Cechella PHILIPPI¹

Resumo: Esse artigo tematizou a atuação de professoras catarinenses entre 1924 e 1929. Interessou perceber sua movimentação política, funcional e os meios encontrados para veiculação de suas reivindicações. Organizou-se série documental composta por ofícios recebidos pela Diretoria Instrução, jornais e periódicos. Utilizaram-se os conceitos de estratégias e táticas tais quais propostos por Certeau para nuançar as manobras encampadas pelas professoras em torno de pautas como a remuneração e as condições de exercício do magistério. Apresenta, como considerações finais, constatações teóricas e metodológicas acerca do estudo da atuação de sujeitos políticos cujas práticas ganharam espaço para além das rotinas burocráticas da profissão.

Palavras chave: Profissão docente. Carreira docente. Feminização do magistério.

Abstract: This article examined the actuation of catarinense teachers between 1924 and 1929. It intended to perceive their political and functional movement, as far the ways to disseminate their claims. For this purpose, a series of documents comprising official letters received by the Board of Instruction and educational journals was organised. The concepts of strategies and tactics (CERTEAU, 2009) were used to realize the operations that these teachers used concerning their salaries and work conditions. Presents, as final considerations, theoretical and methodological conclusions about the study of individual actuations beyond the bureaucratic routines.

Keywords: Teaching profession. Teaching career. Feminization of primary teaching.

Foram poucas as mulheres que transitaram nos cargos burocráticos de gerenciamento da instrução em Santa Catarina. Entre 1911 e 1940, as poucas professoras que galgaram algum destaque o fizeram na qualidade de *diretoras* de unidade escolar². Para além da disparidade numérica, as condições de exercício do cargo também se diferenciaram. Os *homens* que dirigiram as unidades escolares

¹ Doutoranda vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação (Faculdade de Educação/ UNICAMP) sob orientação do Professor Dr. André Paulilo.

²Essa sub-representação se faz ver na diferença do montante de ofícios recebidos pelos órgãos de gerenciamento da instrução catarinense no mesmo período. Conforme amostra levantada após pesquisa no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, dos 2218 ofícios cujos remetentes foram diretores escolares, 751 foram assinados por *diretoras*.

mostraram uma efetiva movimentação funcional entre os anos de 1927 e 1940, sendo comum sua ascensão na carreira burocrática de gerenciamento do ensino. Foi também comum a nomeação de um ex-diretor de Grupo Escolar na qualidade de Inspetor de circunscrição. Esse padrão de movimentação no interior da carreira docente não destoou das trajetórias dos homens que gerenciaram, no mesmo período, a Diretoria de Instrução, Departamento de Educação e Superintendência do Ensino locais³.

Por sua vez, a imensa maioria das *diretoras* cujos ofícios foram recebidos pelos órgãos de gerenciamento do ensino catarinense não efetuou, no período analisado, nenhuma forma de movimentação funcional. Catharina Demoro permaneceu no cargo de diretora do Grupo Escolar Vitor Meirelles (Itajaí) em 1929, sendo substituída por Olávia Feijó em 1931. Izolete Gouvêa dirigiu o Grupo Escolar Francisco Tolentino (São José) e apresentou uma trajetória díspar por ter assumido, já em 1938, a direção do Grupo Escolar Conselheiro Mafra (Joinville) e, em 1940, a do Grupo Escolar Luiz Delfino (Blumenau). Doralice Born ocupou-se da direção do Grupo Escolar Horácio Nunes (Irineópolis), ao passo que Floscula Guimarães o fez no Grupo Escolar Padre Schuler (Cocal do Sul). Cora Batalha foi diretora do Grupo Escolar Vidal Ramos (Lages) entre 1933 e 1934, e Beatriz de Souza Brito o foi do Grupo Escolar Silveira de Souza (Florianópolis). Angélica dos Santos Guedes dirigiu o Grupo Escolar Carlos Gomes (Joinville), e Carmen Seara Leite o Grupo Escolar Henrique Laje (Imbituba). Edith de Almeida Bernardes encabeçou o Grupo Escolar Olívio Amorin (Florianópolis), Maria Cabral da Silva o fez no Grupo Escolar Lebon Régis (Campo Alegre), e Maria da Glória Matos no Grupo Escolar Eliseu Guilherme (Ibirama). Por fim, Leonor de Souza Neves ocupou-se do Grupo Abdon Batista (Jaraguá do Sul) e Cora da Silva Kungel assume a diretoria do Grupo Escolar Horácio Nunes em 1940.

A despeito da diversidade de sujeitos, as movimentações se assemelham: dos nomes listados, somente Izolete Gouvêa mudou de instituição, sempre no cargo de direção. As demais diretoras, conforme série documental pesquisada, não mudaram de cargo ou de sede funcional. Ou seja: majoritariamente, a ocupação de cargo de diretoria

³ Dos seis diretores a ocuparem a pasta entre os anos de 1911 e 1940, quatro possuíam uma trajetória funcional nas qualidades de inspetor escolar, professores ou diretores de grupo escolar e da Escola Normal. Os dois nomes que fugiram à regra o fizeram por dois motivos diferentes: Horácio Nunes Pires, diretor do ensino entre 1911 e 1919, ocupou cargos administrativos, mas não no campo educacional. Sebastião de Oliveira Rocha, por sua vez, foi nomeado em comissão para exercício da Superintendência Geral do Ensino no estado entre 1938 e 1940.

de Grupo Escolar não significou uma etapa da movimentação funcional no interior *da carreira docente feminina*. Não era, portanto, seguida por uma ascensão no interior da mesma carreira.

Constatações a respeito das distintas formas de relação com a carreira docente levadas a cabo por homens e mulheres já foram feitas por Demartini e Antunes (1993, p. 5 -14). Para embasar tais constatações, citam relatos de professores e professoras que se formaram e lecionaram em escolas primárias nas primeiras décadas do século XX. É, conforme as autoras, marca comum na trajetória dos professores a diversidade de postos e atividades ocupados ao longo da trajetória funcional. Constatam ainda que, para a maioria, a atividade docente na instrução primária representou um curto período de suas vidas profissionais (Idem, p. 9).

Esse perfil ocupacional destoa do apresentado pelas professoras entrevistadas na mesma pesquisa: de um universo amostral de quase cem mulheres, somente uma conseguiu ocupar um cargo de inspetoria. O perfil da carreira docente feminina, ainda conforme a pesquisa de Demartini e Antunes, diz respeito à permanência nas atividades de ensino, à ascensão a outras funções ou cargos em decorrência de especializações obtidas e à longa permanência no cargo de professoras primárias antes de mudarem de função (Idem, p. 12).

São também Demartini e Antunes (1993, p. 8) que entendem que a profissionalização do magistério acompanhou sua feminização. Por esse viés, a carreira docente configurou-se não apenas como profissão feminina, mas como uma das poucas opções profissionais institucionalizadas viáveis para mulheres de classe média até fins da década de 1930. Se, conforme Nóvoa (1997), o controle da ação docente ganhou contornos específicos à medida que ocorria a funcionarização do professorado, considera-se a feminização da profissão uma face importante desse processo. Ainda para ele, a implementação de formas mais severas de recrutamento e seleção de professorandos foi também parte do controle administrativo da profissão. Ao abordar aspectos históricos da consolidação da carreira docente em Portugal, o autor liga o cultivo e manutenção de uma visão funcionarizada do professor a políticas encampadas durante o Estado Novo português.

É também Nóvoa (1997) quem assinala para a ligação entre a constituição da carreira docente e o seu controle burocrático e administrativo por um órgão central de gestão. O autor não tematiza as distinções de gênero no professorado português, não

tendo tampouco anunciado fazê-lo. O efeito, porém, da consideração da classe docente sem esse tensionamento massifica os efeitos da burocratização para professores e professoras. E, conforme série documental composta por ofícios expedidos e recebidos pelos órgãos catarinenses de gerenciamento do ensino entre 1911 e 1940, os mesmos tiveram efeitos distintos de acordo com o gênero do profissional.

Cabem, acerca disso, as ponderações de Cláudia Viana, (2001) que mobiliza como agenda de pesquisa o entendimento dos contornos históricos da feminização do magistério. Para tanto, relaciona a mesma à expansão do ensino primário público. A autora destaca ainda a recente incorporação do conceito de gênero nas incursões de pesquisa sobre o tema, deixando clara a ressalva de que o seu não tensionamento traz o risco do endosso de uma literatura que defende o determinismo biológico na compreensão da presença feminina no professorado (Idem, p. 87 - 89). A mesma autora apresenta o conceito de gênero de acordo com Scott (1990), para quem o mesmo é o modo primeiro de significar as relações de poder. Sendo assim, Cláudia Vianna defende que entendê-lo como uma categoria explicativa para compreensão da docência extrapola a apreensão da composição sexual da profissão, permitindo perceber as contradições e distensões na organização da identidade docente.

Cabe, portanto, operacionalizar gênero como categoria de análise não somente para constatar a pouca presença feminina na carreira burocrática de gerenciamento da instrução catarinense no período abordado. Vale, mais que isso, endossá-lo para rastrear as táticas e operações das docentes, localizando-as. A esse respeito, é necessário ressaltar que se as professoras de então pouco se fizeram ver na burocracia, elas o fizeram por outras vias. Suas táticas – aqui entendidas como manobras furtivas encampadas em um território alheio (CERTEAU, 2009) - se alinhavaram por entre a defesa de seus posicionamentos na imprensa local, a participação em congressos da área e a formação de uma liga específica para auxílio, sobretudo pecuniário, ao magistério.

É olhando para suas práticas extra oficiais e para as intempéries cotidianas que é possível assinalar a articulação das professoras locais, percebendo quais motes as animavam. Esse deslocamento, porém, extrapoulo o campo conceitual, já que essa atuação somente é rastreável quando se diversifica o leque de fontes históricas arroladas. Coube, nessa investida, a pesquisa em anais de congressos, jornais e periódicos – educacionais ou não - da época. Logo, a ocupação feminina da profissão se faz ver pelo signo da falta na burocracia, ela não o é quando se esgarça o olhar,

entrevendo assim outros campos de atuação. Em outras palavras, atentar para a constituição histórica da profissão docente considerando a categoria gênero envolve tensionar a ocupação feminina das salas de aula e masculina da carreira burocrática. Envolve também uma maior atenção às práticas cotidianas para, por essa via, matizar a narrativa ofertada pelas fontes legislativas. É nesse esforço que esse artigo se insere, listando para isso a atuação das professoras catarinenses por três vias: pela formação da Liga do Magistério Catarinense, por sua atuação na imprensa local e por sua articulação no Congresso Estadual de Instrução Primária.

Sendo assim, vale extrapolar a constatação da massiva presença feminina nas salas de aula, sobretudo do ensino primário. É também necessário superar as vias explicativas que relacionam a feminização da docência com a precarização de suas condições de exercício e com a difusão do ensino primário obrigatório. Isso porque essas explicações deixam de fora os engajamentos aos quais as próprias professoras se articularam e as causas pelas quais lutaram⁴. Cabe apreender as bandeiras erguidas por elas, seus engajamentos e fazeres. É, pois, nessa direção que esse artigo se insere.

Os lugares das táticas

Florianópolis, sexta feira, 19 de dezembro de 1924. Assim o jornal catarinense “A República” se referiu à criação da Liga do Magistério Catarinense:

Realizou-se anteontem, a tarde, no Teatro Álvaro de Carvalho, a projetada reunião dos professores dessa capital para fundarem uma liga.

Às 16h, assumindo a presidência dos trabalhos, a Exma. Professora Maura de Senna Pereira expôs os fins da reunião.

Após vários alvites foi criada a Liga do Magistério Catarinense (A LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, 1924, p. 2).

Também nessa ocasião ficou assim designada a sua diretoria: a chefia coube à Maura de Senna Pereira, tendo como vice Martha Tavares Alves. A primeira e segunda secretária foram, respectivamente, Antonieta de Barros e Maria Gonzaga. Por fim,

⁴ A leitura do livro de Gláucia Fraccaro (Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil – 1917 – 1937) ilustrou essa movimentação teórica e suas consequências na metodologia de pesquisa empregada. A autora preocupou-se em mapear as demandas de mulheres operárias, rastreando suas vitórias e derrotas bem como suas articulações em greves e demais movimentos.

coube à Délia Régis a tesouraria da associação e à Beatriz de Souza Brito o encargo de oradora (Ibidem). Foi também Maura Pereira, sua diretora, quem encampou agradecimentos à redação desse mesmo periódico já no dia seguinte à publicação. A mesma se aproveitou desse momento para solicitar o apoio à iniciativa que então encabeçava (LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, 1924b, p.2).

Conforme manchete do jornal “O Estado de Santa Catarina”, essa diretoria se compôs aglomerando elementos de destaque no magistério primário catarinense, sendo inclusive dispensável a apresentação de suas credenciais (LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, 1924c, p. 2). Foi também nessa gestão que foi organizado um festival em seu benefício, no qual seriam apresentados recitais de piano e canto. O grande chamariz, porém, era a palestra de Beatriz de Souza Brito, então apresentada como sua presidente (O FESTIVAL DA LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE, 1925, p. 3).

Uma remodelação na diretoria da Liga foi anunciada já em fins de 1926, sendo então empossada uma nova agremiação no início do ano seguinte. À despeito das permanências de algumas de suas ocupantes, houve uma remodelação na organização do mando. Assim, pois, se constituiu a diretoria empossada em janeiro de 1927: Iracema Aducci substituiu Maura Pereira na presidência; a mesma passou a ser a 1ª oradora, acompanhada de Oswaldina Medeiros. Maria Gonzaga, por sua vez, escalonou a vice-presidência. Maria do Espírito Santo e Julieta Torres foram designadas 1ª e 2ª secretária, respectivamente. Ida Simone e Iracema Vilela Carreirão foram, por fim, convocadas na condição de bibliotecárias (DIVERSAS, 1927, p. 5).

As nascentes sessões e reuniões a respeito da composição da diretoria a ser empossada já no ano de 1928 foram, porém, abruptamente interceptadas pela interrupção de seus expedientes. É então desse ano o lamento de sua ex presidente e membro atuante da diretoria, Maura de Senna Pereira. Para ela, a Liga possui:

[...] um programa cheio de vontade de auxiliar e proteger os professores [grifo meu], todos os que exercem o apostolado de batizar de luz e sonho a alma virgem de nossa infância, [...] e de ainda estreitar num vivo amplexo de solidariedade todos os colegas militantes [grifo meu] (A REPÚBLICA, 1928, p. 1).

A mesma lamenta ainda o pouco engajamento dos colegas, o que tem comprometido o andamento dos trabalhos e a sobrevivência da liga. Destaca porém a

existência, em seu interior, de um grupo cuja vontade e atuação não esmoreceu (Ibidem). Faz, por fim, um apelo:

[...] E basta que todos saibam que, silenciosa embora, ela tem prestado sempre, cumprindo assim um dos pontos do seu programa, *o auxílio pecuniário aos que lhe têm batido a porta*[grifo meu].

Oxalá compreendam todos que lhe será possível realizar quando lhe não faltar a cooperação preciosa dos seus membros e ela pode ser um grande e perfeito estandarte de progresso e união para os batalhadores da instrução em Santa Catarina (Ibidem).

O apelo, porém, não catapultou a atuação da Liga. Os mesmos periódicos informam sobre o seu desmonte já no ano de 1929. É com pesar que “O Estado” anuncia sua extinção, sendo retirada a quantia de dois contos, seiscentos e sete mil novecentos e seis do Banco de Comércio. Essa quantia era proveniente das mensalidades de seus sócios até o momento e seria doada a associações e obras de caridade de Florianópolis (O ESTADO, 1929, p. 4). O seu fechamento é também noticiado com pesar nas páginas do jornal “A República”, sendo acrescentado o comentário de que:

Estamos certos de que o seu ressurgimento ou a fundação de uma sociedade congênere prestaria grande auxílio no ensino desde que, a par dos interesses do professorado, *cuidasse também um pouco da divulgação dos trabalhos escolares julgados dignos desse prêmio após sua apresentação a uma assembleia de professores que, para tal fim, periodicamente se reunisse*[grifo meu] (A REPÚBLICA, 1931, p. 4).

A Liga é citada novamente já no ano seguinte, mas em outro tom. É em uma fala saudosista que Maria da Ilha assina a manchete de título “Farrapo de ideias”. Ao referir-se a iniciativas contemporâneas de professores primários capixabas, a autora relembra a tentativa da liga catarinense. Diz ainda:

Lançamos o nosso apelo. *Queríamos a aproximação da classe*[grifo meu], quebrar o insulamento em que vive o professor, quer na capital, nas cidades ou nos rincões extremos do Estado, onde o chama o dever. É desse intercâmbio, desse conagraçamento do professorado sobre uma só bandeira, nós, as idealistas, esperávamos um infinito de frutos lindos (DA ILHA, 1929, p. 1).

As idealistas, agremiadas e organizadas na já extinta Liga, buscavam a comunhão e o auxílio mútuo entre os professores catarinenses, segundo a colunista. A reportagem anterior destaca sua função precípua de ajuda pecuniária ao professorado que se encontrasse desassistido. Esse caráter assistencialista conversa também com o destino dado ao caixa sobressalente no momento de seu desmonte. Ele foi, integralmente, doado a instituições de caridade e filantropia reconhecidas institucionalmente na sociedade florianopolitana (Ibidem).

Maura de Senna Pereira, sua primeira presidenta, já nessa época se fazia visível devido a sua articulação e engajamento na imprensa local. Essa pulsante movimentação justifica também a sua rápida convocação na formação da Liga, já que a mesma havia concluído a Escola Normal há pouco mais de três anos (EDITAES, 1918, p.3). A docente ganhou também projeção como escritora, participando assiduamente das reuniões do Centro Catarinense de Letras (DIVERSAS, 1927, p.2). Sua atuação é exaltada na coluna “Uma imaginação criadora” no seguinte tom:

No encantamento de seu ideal feminista que se irradia vitoriosamente em magníficos surtos da inteligência, a Senhorinha Maura de Senna Pereira está reafirmando no seu trabalho literário o poder fascinante de sua imaginação criadora. [grifo meu] [...] Ou fazendo obra de pensadora, ou rendilhando trabalhos de beletrista, ela é, indiscutivelmente, no ambiente feminino de Santa Catarina, uma organização, uma vontade e um triunfo que estão honrando nossa cultura (ANOTAÇÕES, 1927, p.2).

Cinco dias depois, é anunciada sua colaboração para com o periódico “O Pensamento”, dirigido por Hermino Milis (INTERCAMBIO INTELECTUAL, 1927, p.4). Sua evidente inserção intelectual garantiu-lhe uma atuação notável junto à imprensa e aos círculos literários locais, mas também legitimou-a como porta voz do professorado catarinense. Sendo assim, a mesma tem trechos de seu discurso publicado às vésperas da Conferência Estadual do Ensino Primário. E ele tem o seguinte tom:

[...] Disse-o numa conferência, admiravelmente ao meu ver, o professor Carneiro Leão: “Educar não é ensinar apenas a escrever e a ler. É formar, desenvolver e dirigir aptidões individuais melhorando-

as, dando-as possibilidades novas, adaptando-as às necessidades da época, às exigências do momento e do meio (PALAVRAS AO PROFESSOR, 1927, p.3).

A professora prossegue afirmando que tal concepção amplia a responsabilidade do docente frente o que nomeia como “a complexidade da questão educativa”. Ela cita também Maura Lacerda de Moura para ressaltar as dificuldades e dissabores da profissão, mas sua compensação e alegria frente ao crescimento da inteligência e emancipação dos discentes. Relaciona, em seu discurso, o magistério primário à figura de um sacerdócio, que não pode ser exercido sem tolerância, bondade e generosidade (Ibidem). Por fim, ressalta: “[...] dentro de todas as sociedades, de todas as pátrias, o professorado constitui uma classe poderosa por sua utilidade, por ser imprescindível, merecedora sempre de toda a consideração e de todo o carinho” (PALAVRAS AO PROFESSOR, 1927, p.3).

Contudo, para além da declarada ligação entre docência e vocação, foi também Maura Pereira que se engajou em nome de uma suposta melhoria das suas condições de trabalho. E o fez aproveitando, em grande parte, a visibilidade alcançada pela sua participação na Conferência Estadual do Ensino Primário. Esse encontro foi, para Hoeller (2013), uma forma de alinhamento com uma retórica moderna que se propõe a solucionar os problemas percebidos no contexto educacional brasileiro. A autora faz uso do programa de governo de Adolpho Konder e dos relatórios de Cid Campos para evidenciar as metas de renovação dos métodos pedagógicos e renovação educacional. Ainda segundo ela, os aspectos tratados nas votações e teses versavam sobre possíveis melhorias no ensino primário local (Ibidem).

O evento, todavia, foi também utilizado para alavancar demandas de algumas das docentes que já haviam alinhado alguns posicionamentos no interior da Liga do Magistério Catarinense⁵. E Maura Pereira foi quem encabeçou a maioria das petições, mas sempre falando em nome de um maior número de professoras. Sua primeira demanda foi, inclusive, fartamente tematizada na imprensa:

⁵ Vale lembrar: no momento da Conferência (1927), a Liga do Magistério Catarinense ainda não havia sido extinta.

Os vencimentos das professoras

Pleiteando um direito irrecusável, algumas professoras normalistas, tendo a sua frente as professoras senhorinha Maura Senna Pereira e exma. Sra. Catharina Demoro apresentaram, em plena reunião da Conferência Estadual do Ensino Primário, *uma indicação para que fosse levada ao Congresso Estadual, solicitando a equiparação dos vencimentos das professoras aos professores* [grifo meu].

Não se pode, em consciência, recusar justiça a essa pretensão, *que foi aprovada pela Conferência de Ensino* e foi agora levada à mesa do Congresso.

Dando parecer a respeito, as comissões reconheceram o direito que assiste às pleiteantes da concessão aludida, mas diante da premente situação financeira do Estado concluíram que, presentemente, não pode ela ser satisfeita o que, entretanto, deverá ser feito logo que cesse a circunstancia [...] (OS VENCIMENTOS DAS PROFESSORAS, 1927, p.1).

Em que pesa a justeza da reivindicação, os limites orçamentários são avultados como justificativa para seu não atendimento. Porém, a matéria se alonga destacando o merecimento das docentes:

Ainda bem que os senhores legisladores fizeram justiça ao merecimento das signatárias da indicação, a cuja capacidade e proficiência no mister em que se ocupam não recusam o testemunho de criteriosas expressões no parecer que adicionaram à petição. E é bastante de lamentar que a carência de recursos financeiros do Estado não permitam reparar um erro que vem de há muito privando numa compreensão inegável e indesviável as dedicadas professoras, cujo desvelo pela missão que abrangem – é justo afirmar – *não é inferior aos dos seus colegas do sexo oposto*[grifo meu] (Ibidem).

Foi também Maura Pereira que havia, na mesma época, encaminhado ao Congresso a proposta de suspensão de lei estadual que impedia o casamento de professoras em exercício do cargo⁶. A mesma havia encampado essa nova bandeira por meio de um viés semelhante à anterior: encaminhou ao Congresso Estadual um requerimento expedido quando da ocasião da Conferência do Ensino. Essa mesma deliberação já havia sido anteriormente tematizada em seus escritos literários e em demais ocasiões, ainda nas páginas do periódico “A República”. Também aqui é necessário destacar a escolha pela veiculação de suas ideias no periódico em que já

⁶ A “lei do celibato” foi promulgada em Santa Catarina no ano de 1917 e determinava que as candidatas a professoras egressas da Escola Normal, diplomadas e professoras primárias, perderiam o cargo caso contraíssem matrimônio. Conferir (OTTO, 2008; FIORI, 1975).

trabalhava como articulista, e no qual sabia da permeabilidade às suas causas e à sua movimentação.

Maura de Senna Pereira fez então uso do momento de reunião de professoras oportunizado pela Conferência para dar corpo e voz a algumas das demandas que já assinalava em seus escritos. A manobra para tanto foi clara: articular as pautas para reivindicação, fazendo uso da ocasião e da representatividade política que a Conferência lhes dava. O passo seguinte foi a formalização de requerimentos a serem expedidos para o Congresso catarinense. Ainda que não atendidos, eles foram tema da imprensa local e chegaram aos órgãos legislativos. Fizeram-se, pois, serem ouvidas.

Esse movimento ganhou corpo de tal forma que foi anunciado nas páginas do periódico A República:

No seio do próprio Congresso, por conseguinte, já há dois votos a favor do desaparecimento da “Lei Naufragada”.

Sim, lei naufragada porque existindo há mais de cinco anos, a experiência tem demonstrado sua inexecutabilidade. *Se, durante todo esse tempo, um ou outro caso se tenha sido posta em vigor, quantos se poderiam citar em que, obrigado a cerrar os olhos, por uma questão de justiça, a instrução tem tolerado suas infrações*[grifo meu]. (LEI NAUFRAGADA, 1927, p. 1).

O colunista nomeia pessoalmente o então governador Adolpho Konder, já que ele:

[...] determinou a cessação de todos os malabarismos, a começar pelo financeiro, expondo francamente ao povo “pão-pão, queijo queijo”, todos os atos do Governo e toda a situação do Estado. *Não consentirá, por certo, que continue de pé uma lei que tem duas faces*[grifo meu], que não pode ser cumprida à risca, que está desmoralizada pelas concessões que tem dado margem (Ibidem).

A reportagem, datada de 13 de agosto de 1927, tematizou a assim chamada “Lei do Celibato” e ganhou espaço poucos dias após a finalização dos trabalhos da Conferência Estadual do Ensino Primário. Mobilizou os argumentos da seletividade de sua aplicação legal para assim alcançar os congressistas e vencer suas resistências. Todavia, a despeito da aparente fortuna da tática de mobilização, as resistências no espaço do Congresso se operaram sem demora.

A mesma reivindicação é também tema nas páginas do jornal “O Estado” que descreve seu recebimento no Congresso como “vacilante”. É também esse periódico que acusou o deputado estadual Arthur Costa, dizendo ser o mesmo relutante ao receber o requerimento encabeçado pela professora Maura de Senna Pereira (EXPEDIENTE, 2 de setembro de 1927, P.4). Ele mesmo se pronuncia a respeito disso já no início do mês seguinte, alegando que ele mesmo:

[...] faz várias considerações sobre a evolução da mulher, citando sua influência junto ao homem, quem como esposa, como filha, quer como mãe. Diz que a mulher, hoje, não está mais numa situação de igualdade, mas de superioridade, pois o homem a reserva sempre o melhor quinhão, esbulhando-se de tudo. *Diz que a causa feminina está mal amparada pelo seu advogado, pois que as conquistas da mulher não são feitas a fórceps, mas lentamente, sendo sua opinião que dentro de dez anos terão o direito que ora pleiteiam* [grifo meu] (EXPEDIENTE, 2 de setembro de 1927, p.4).

O mesmo ressalta que pouco se mobilizará em favor da tramitação do requerimento, ressaltando sua resistência. Diz ainda que a lei está sendo plenamente aplicada, sem concessões ou favorecimentos de qualquer forma. Sua via de defesa é então operada de duas formas: ressaltando o caráter pouco impositivo que julga que as manifestações femininas devem ter, levando em conta que julga que as mesmas são privilegiadas socialmente; e defendendo a irrestrita aplicação da assim chamada “lei do celibato”. Conforme o deputado, então, a legislação tem sido impressa com vigor e de maneira impecável, não favorecendo uns e outros.

Quanto à demanda de equiparação salarial também capitaneada por Maura Pereira após o espaço de encontro propiciado pela Conferência, os argumentos para seu indeferimento foram em outra direção. Nesse caso, um grupo de deputados – homens – assinou parecer no qual reconheceu a justeza do pedido, mas deliberou pelo seu não acatamento devido à exiguidade de recursos para tanto (OS VENCIMENTOS DAS PROFESSORAS, 1927, p. 1). A mesma demanda, porém, não foi tematizada nas sessões dos anos seguintes, o que permite inferir que a isonomia salarial da categoria docente foi ainda uma bandeira de luta de professoras futuras.

Considerações finais - táticas furtivas, demandas pungentes

Os lugares das táticas das professoras catarinenses mobilizadas em torno da Conferência Estadual do Ensino Primário e capitaneadas por Maura Pereira se emaranharam entre o espaço acadêmico de discussão que a mesma ofereceu e a visibilidade na imprensa local. Elas, pois, burlaram a pouca inserção burocrática organizando suas práticas em outros polos. Esses polos, contudo, não se encerraram em si. Suas articulações no campo da conferência e da imprensa catapultaram demandas que chegaram ao Congresso catarinense, cotejando a inserção no ambiente legislativo visando à alteração de leis que não as apraziam.

O principal argumento mobilizado em favor de suas deliberações envolveu a *remuneração docente*. Muito embora a articulação do discurso de defesa de suas pautas evocasse uma ideia de vocação, ela culminava com o *destaque da importância de um rendimento pecuniário condigno*. Foi essa a finalidade anunciada da Liga do Magistério Catarinense e a justificativa da cobrança de uma contribuição mensal para participação nessa. Foi também esse o mote dos argumentos que animaram as tentativas de revogação da assim conhecida “Lei do Celibato”, que proibia o casamento às professoras de Grupos Escolares. Foi alegando a inexequibilidade de manter-se dignamente somente com o salário de professora, sem contar assim com a renda de um cônjuge, que as docentes se articularam. Conseguiram, nesta toada, o apoio da imprensa e a conquista do voto de alguns (poucos) congressistas.

Conseguiram, pela mesma via, a resistência de muitos, que se apoiaram em argumentos das mais diversas montas. O principal foi a respeito da pouca efetividade de demandas tão enérgicas por parte de grupos de mulheres. Alguns congressistas até mesmo reconheciam a justeza das reivindicações, mas não a urgência em seu atendimento. Dessa forma, mobilizaram argumentos que alegavam os poucos recursos pecuniários do Estado e a pouca necessidade de tamanha movimentação. Reforçaram, nessas falas, o não atendimento de suas pautas e a *manutenção de uma imagem docilizada da mulher, sobretudo da mulher professora*.

Foi, porém, através dessas táticas furtivas que as professoras se mobilizaram em torno de demandas urgentes. A remuneração docente e as condições de exercício da profissão foram tematizadas em agremiações específicas, que tiveram o mérito de visibilizar suas pautas junto à imprensa e ao congresso. Essas, imediatamente, geraram

resistências por parte de congressistas e de alguns colegas de profissão. Porém, mais que medir o sucesso ou insucesso dessas mobilizações através da apreensão e realização de suas demandas, cabe rastrear esses movimentos e apontar seus sujeitos políticos.

Essa consideração tem implicações teóricas, metodológicas e políticas. Teóricas por envolver uma concepção a respeito da feminização do magistério que extrapole sua constatação⁷, tensionando-a. Metodológicas já que esse deslocamento acarreta na necessidade de apreender as fontes históricas de outra forma, ou até mesmo de buscar fontes ainda pouco pesquisadas. Afinal, rastrear sujeitos que operam furtivamente envolve um aparelhamento do olhar e a busca por formas distintas de documentá-los. Políticas, por fim, ao conferir protagonismo às professoras da época, enxergando-as como sujeitos políticos cujas articulações permitiram lidar com uma formação de carreira que, em alguns aspectos, pouco lhes aprazia. É também por essa via que é possível matizar a narrativa que vincula a profissão docente como vocação. Da forma, como pôde se apreender após análise de série documental mobilizada nesse artigo, o *engajamento* de grupos de docentes é uma via para nuançar a naturalização da profissão professora enquanto uma atuação vocacional.

Fontes:

A República – Órgão do Partido Liberal Catarinense. Número 547, Ano II. Florianópolis: 25 de julho de 1928. Pág. 1.

A República – Órgão do Partido Liberal Catarinense. Florianópolis: Imprensa Oficial, 18 de dezembro de 1931. Ano I, número 274. Pág. 5

DA ILHA, Maria. Farrapos de ideias. *A República* – Órgão do Partido Liberal Catarinense. Florianópolis: Imprensa Oficial, 28 de fevereiro de 1932. Número 411, ano II. Pág. 1.

⁷ Vale destacar, tomando como base o escrito de Tilly (2007) a centralidade de estudos descritivos. Para a autora, a descrição do tema permite a posterior elaboração conceitual a seu respeito. Sendo assim, estudos que tematizam a profissão docente e sua ocupação majoritariamente feminina são necessários. Porém, valem as ressalvas de Vianna (2001, p. 81 – 103), para quem os mesmos devem trazer questionamentos a respeito dessa constituição profissional e de carreira. Do ponto de vista historiográfico, é necessário considerar séries documentais como fonte e documento para a pesquisa histórica. É na condição de fonte, então, que se faz necessário questionar as condições históricas de formação do tema pesquisado.

DIVERSAS. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano I. Número 81. Florianópolis, 6 de janeiro de 1927. Pág. 5.

DIVERSAS. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano I. Número 267. Florianópolis, 20 de agosto de 1927. Pág. 2.

EDITAES. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano XIV. Número 46. Florianópolis, 23 de novembro de 1918. Pág. 3.

EXPEDIENTE. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano I. Número 278. Florianópolis, 2 de setembro de 1927. Pág. 4.

Foi extinta a Liga do Magistério Catarinense. In: *O Estado*. Florianópolis, Ano XV, Número 4769. 21 de agosto de 1929.

INTERCÂMBIO INTELLECTUAL. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano I. Número 156. Florianópolis, 5 de abril de 1927. Pág. 4.

LEI NAUFRAGADA. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano XIII. Número 1396. Florianópolis, 13 de agosto de 1927. Pág. 1.

LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano XX. Número 1839. Florianópolis, 19 de dezembro de 1924. Pág. 2.

LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE. *O Estado de Santa Catarina*. Ano X, número 3153. Florianópolis, 19 de dezembro de 1924. Pág. 2.

LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano XX. Número 1840. Florianópolis, 20 de dezembro de 1924b. Pág. 2.

MAURA DE SENNA PEREIRA. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano II. Número 526. Florianópolis, 30 de junho de 1928. Pág. 1.

OS VENCIMENTOS DAS PROFESSORAS. *O Estado*. Ano XIII, número 3979. Florianópolis, 2 de setembro de 1927. Pág. 1.

O FESTIVAL DA LIGA DO MAGISTÉRIO CATARINENSE. *O Estado*. Eduardo Horn. Florianópolis/ Laguna, 26 de junho de 1925. Pág. 3;

PALAVRAS AO PROFESSOR. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano I. Número 245. Florianópolis, 24 de julho de 1927. Pág. 3.

Referências:

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, Maria Ivone (org). *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano* (Anais do Encontro). São Paulo: FAU/USP, 1985, p. 3 – 19.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, número 86, pág. 5 – 14. Agosto de 1993.

FRACARO, Gláucia. Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917 – 1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

HOELLER, Sollange. *Discursos sobre modernidade para a escola primária: Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário (Santa Catarina, 1927) Primeiro Congresso De Instrução Primária (Minas Gerais, 1927)*. 36ª Reunião Nacional da ANPED – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Disponível em http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02_2820_texto.pdf. Acesso 14 de janeiro de 2019.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. In.: Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1997, Pág. 13 – 33.

OTTO, Clarícia. A feminização do Magistério: poder e violência simbólica. *Anais Eletrônicos - Fazendo gênero 8: corpo, violência e poder*. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/>. Acesso 1º de julho de 2019.

SCOTT, Joan Wallack. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3, p. 11-27, jan. 2007. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>>.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3, p. 28-62, jan. 2007. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>>.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3, p. 63-84, jan. 2007. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1723>>.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*. Número 17/18. Campinas: 2001 – 2002. Pág. 81 – 103.